



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

247

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GERAL DE 18 DE JULHO DE 2017

----- Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezassete, teve lugar, na sala de reuniões da reitoria da Universidade dos Açores, pelas 15h00, uma reunião ordinária do Conselho Geral da Universidade dos Açores, adiante designados por CG e UAc, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Ponto 1.** Aprovação da ata da reunião extraordinária do Conselho Geral de 29 de junho de 2017.-----

----- **Ponto 2.** Situação Económico Financeira da UAc – Análise do passado recente. -----

----- **Ponto 3.** Projeções provisórias para o ano económico de 2017.-----

----- **Ponto 4.** Perspetivas para o ano económico de 2018. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros José António Tavares Rezendes, que presidiu à reunião na qualidade de Vice-Presidente do CG, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento do Conselho Geral;-----

----- Alexandre Alberto Andrade Duarte; -----

----- António Félix Flores Rodrigues; -----

----- Carlos Manuel da Silva Arruda;-----

----- Célia Maria Oliveira Barreto Coimbra Carvalho; -----

----- César Manuel Faria Malheiro;-----

----- José António Cabral Vieira;-----

----- Licínio Manuel Vicente Tomás;-----

----- Luís Filipe Dias e Silva; -----

----- Rosa Maria Carvalhal Silva; -----

----- Rui Moreira da Silva Coutinho;-----

----- Virgílio Fernando Ferreira Vieira. -----

----- Estiveram ausentes a conselheira e Presidente do CG, Maria José Martins Gil, bem como as conselheiras Maria Amélia Oliveira Gonçalves da Fonseca e Inês Adriana Roseiro Martins, que justificaram a sua ausência antecipadamente. -----

----- Participou na reunião, na qualidade de Reitor, o doutor João Luís Roque Baptista Gaspar, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 12.º do Regimento do CG. -----

----- Apoiou o secretariado da reunião a Dr.ª Maria da Esperança de Oliveira Alves Pereira, conforme estipulado no n.º 5 do artigo 4.º e no n.º 4 do artigo 5.º do Regimento do CG. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Vice-Presidente do CG, adiante designado por Vice-Presidente, deu início à reunião.-----

----- **Ponto 1.** Aprovação da ata da reunião extraordinária do Conselho Geral de 29 de junho de 2017.-----

----- O secretário do CG informou os conselheiros que havia recebido duas propostas de alteração do texto, uma por parte do Reitor e outra por parte do conselheiro Virgílio Vieira, que foram integradas no texto final. Colocada à votação, a ata da reunião extraordinária do CG de 29 de junho de 2017 foi aprovada por



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

[Handwritten signature]

unanimidade dos dez conselheiros presentes e que participaram na dita reunião. Não participou na votação o conselheiro Alexandre Alberto Andrade Duarte, por não se encontrar presente no momento da votação.-----

----- Nos termos do n.º 9 do artigo 16.º do Regimento do CG da UAc, a conselheira Célia Maria Oliveira Barreto Coimbra Carvalho não votou, por não ter estado presente na reunião respeitante à ata em apreço.-----

----- A partir deste momento, participaram na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Regimento do CG, a Vice-Reitora para a Área Financeira, Planeamento e Avaliação, doutora Maria da Graça Batista, a Administradora da UAc, Dr.ª Margarida Santana, bem como a Diretora Executiva dos SASE, Dr.ª Ana Paula Homem de Gouveia.-----

----- **Ponto 2. Situação Económico Financeira da UAc – Análise do passado recente.**-----

----- O Reitor fez uma introdução ao assunto e referiu que a Dr.ª Margarida Santana abordaria as questões relativas à UAc enquanto a Dr.ª Ana Paula Gouveia trataria dos assuntos respeitantes aos Serviços de Ação Social Escolar (SASE).-----

----- A Administradora apresentou a evolução dos orçamentos de 2014 a 2016 e esclareceu as variações entre os orçamentos iniciais e finais. Prestou informações sobre a execução orçamental, referindo ter ocorrido um decréscimo das despesas em 2015, decorrente de um menor financiamento, enquanto em 2016 se verificou um incremento por via da reversão remuneratória e pagamento do empréstimo.-----

----- A Diretora Executiva dos SASE abordou o controlo orçamental da receita relativamente a 2014/2016, referiu-se à diminuição da receita, resultante da diminuição do número de refeições vendidas, apesar do aumento de receitas proveniente dos alojamentos de alunos ERASMUS.-----

----- O Reitor tomou a palavra para explicar que a UAc continua o seu trajeto para ultrapassar os problemas financeiros que vieram do passado em resultado, quer de fatores internos, quer de fatores externos, designadamente, do facto de o Governo Regional e do Governo da República não terem cumprido integralmente com os acordos que levaram à construção dos edifícios do Pico da Urze, em Angra do Heroísmo, e Walter Bensaúde, na Horta. A situação começou a ser alterada com o Plano de Recuperação Financeira (PRF), aprovado pelo CG. O PRF obrigava a que, em 3 anos, a UAc atingisse o seu equilíbrio financeiro chegando a um défice zero, diminuindo as despesas, nomeadamente, através da redução de recursos humanos e do aumento das propinas, entre outros. O cumprimento anual dos objetivos definidos no PRF por parte da UAc teria como contrapartida por parte do Ministério o reforço orçamental necessário para cobrir o défice anual e o montante do empréstimo contraído em 2012, incluindo juros. A UAc cumpriu com o estipulado no PRF, atingindo défice zero em 2016, excluindo a dívida corresponde ao empréstimo que tem sido paga pelos sucessivos governos até à data, vencendo a última prestação em 2018. A oscilação nas despesas ficou a dever-se a questões salariais, decorrentes da redução dos salários em 2014 e da reposição dos mesmos em 2016. Todo este processo de gestão só foi possível devido às plataformas tecnológicas e aos procedimentos de gestão que foram implementados.-----



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

2
29

----- O Presidente abriu uma primeira ronda de intervenções, para a qual se inscreveram os conselheiros Luís Silva, Licínio Tomás e António Félix Rodrigues. -----

----- O conselheiro Luís Silva congratulou-se com a resolução dos problemas, referiu que não existiram oscilações significativas nos orçamentos de 2014 e 2016 e pediu que se esclarecesse em que áreas do orçamento tinha sido necessário fazer maiores alterações. -----

----- O conselheiro Licínio Tomás congratulou-se com a recuperação financeira e solicitou que se precisassem alguns aspetos sobre as dificuldades de cobrança das propinas, e pretendeu saber em que situação se encontrava a UAc no que referia a despesas correntes, consumos de água e energia elétrica, e à racionalização de outros consumos. Salientou que ainda havia valores que pareciam elevados, sugerindo que se criassem normas para a redução das despesas. -----

----- O conselheiro António Félix Rodrigues partilhou as preocupações manifestadas nas intervenções anteriores e defendeu que a UAc devia adotar uma estratégia para resolver a questão da sustentabilidade, tendo questionado o comportamento dos parceiros da UAc e salientou que, para além das questões processuais, existiam outras questões ainda por resolver, apontando para a necessidade de se procurar formas de angariar mais verbas para a UAc a assegurar uma maior liberdade de ação. -----

----- O Reitor esclareceu que a maior percentagem do orçamento é respeitante a salários, não cobrindo o OE a totalidade das verbas necessárias para tal. Relativamente às propinas em atraso, a UAc tem conseguido recuperar verba todos os anos (cerca de 170 000€ por ano), sendo que o montante de propinas em dívida era inferior ao inicialmente previsto pois nem todos os estudantes assinalados tinham sido alunos com matrícula na UAc. Quanto ao futuro, lembrou que até ao final de 2018 a UAc estará limitada na sua liberdade de decisão porque ainda terá de pagar ao Estado a última prestação anual do serviço da dívida e que a sustentabilidade da UAc passa agora pela transferência de parte das responsabilidades para as unidades orgânicas através da elaboração e aprovação dos seus estatutos, da implementação do sistema de contabilidade analítica e pela prática da autonomia administrativa. -----

----- Para a segunda ronda de intervenções inscreveram-se os conselheiros António Félix Rodrigues, José Cabral Vieira e Virgílio Vieira. -----

----- O conselheiro António Félix Rodrigues manifestou-se relativamente à realização de receitas com recurso à aplicação de taxas e multas, referindo-se ao valor exagerados de algumas multas. -----

----- O Reitor esclareceu que a aplicação de multas não era a opção pretendida pela UAc mas, pelo contrário, que se cumprisse o que estava estabelecido. No que respeita à tabela de emolumentos, disse tratar-se de um assunto da competência do Conselho de Gestão e que o Ministério pretende uniformizar os valores a nível nacional. -----

----- O conselheiro José Cabral Vieira quis manifestar a sua satisfação por verificar que a UAc está conseguindo ultrapassar as dificuldades financeiras, porque esteve envolvido no processo quando exerceu



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

[Handwritten signature]

funções de Vice-reitor para a área financeira no tempo do Reitor Jorge Medeiros, e testemunhou as dificuldades que enfrentou para assegurar o pagamento de salários.-----

----- O conselheiro Virgílio Vieira referiu que no passado, enquanto foi diretor de serviços, foi feito um esforço muito grande a nível de poupança de água e luz, o que permitiu reduzir os respetivos custos. Terminou dizendo ser fundamental que existisse uma responsabilização individual. -----

----- Por último o Reitor fez questão de lembrar o importante contributo da Fundação Gaspar Frutuoso (FGF) no processo de gestão de projetos. -----

----- **Ponto 3.** Projeções provisórias para o ano económico de 2017. -----

----- A Administradora da UAc fez um breve resumo sobre as perspetivas de como a UAc pretendia terminar o ano e recorreu à explicação dos mapas com as projeções provisórias para o ano económico de 2017, em termos de receitas e de despesas. -----

----- A Diretora Executiva dos SASE fez referência à execução orçamental em termos de receitas e despesas. -

----- Os conselheiros José António Rezendes, Rui Coutinho, César Malheiro e António Félix Rodrigues inscreveram-se para a ronda de intervenções que se seguiu. -----

----- O conselheiro José António Rezendes apontou a falta do compromisso assumido pelas entidades externas, entre as quais o Governo Regional, assunto que deveria ser motivo de reflexão por parte do Conselho Geral. -----

----- O conselheiro Rui Coutinho referiu que, relativamente à participação do Governo Regional, era de lamentar que aquele confundisse prestação de serviços com o compromisso assumido com os custos da tripolaridade. -----

----- O conselheiro César Malheiro propôs que os membros externos que agora iniciavam o seu mandato tentassem uma audiência junto do Governo Regional para reiterar o pedido feito quando se estabeleceu o PRF. -

----- O conselheiro António Félix Rodrigues frisou que o apoio aparecia todos os anos no orçamento do Governo Regional, facto que parecia estranho, pois não chegava a ser executado, e que podia justificar fazer-se alguma política junto do governo regional, reiterando ser importante não confundir prestação de serviço com o compromisso assumido com a tripolaridade. -----

----- O Reitor informou que apresentou, em mão, o estudo sobre a tripolaridade ao Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, à Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e ao Presidente do Governo Regional dos Açores, e referiu que os líderes dos grupos parlamentares tinham recebido uma cópia do documento. Informou que o custo real da tripolaridade ascendia a 800 000€, fora salários, e sublinhou que o valor atribuído à tripolaridade é da responsabilidade da Assembleia Legislativa Regional e não do Governo Regional, ou seja, a responsabilidade da proposta era do Governo, mas a votação era da responsabilidade da Assembleia. O problema decorre do facto de o Governo não pagar no ano do acordo. Concordou com a proposta de César Malheiro e informou que a Reitoria também tem feito pressão junto do Governo Regional. -----



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

----- A conselheira Rosa Carvalhal afirmou tratar-se de um problema político, pois o maior interesse da tripolaridade era do Governo Regional dos Açores. Concordou com César Malheiro e apoiou a ideia de os conselheiros externos pedirem uma audiência.-----

----- **Ponto 4.** Perspetivas para o ano económico de 2018.-----

----- O Reitor frisou que a própria execução do orçamento para o ano seguinte dependia diretamente da Direção Geral do Orçamento (DGO). É a DGO que impõe as regras para a execução do orçamento e que esta entidade só comunicaria as regras em finais de julho, o que implicava que só em agosto se podia carregar o orçamento na plataforma. Mais informou que o exercício que iria ser apresentado partia do princípio de que as regras a adotar para o OE2018 seriam as mesmas do ano transato.-----

----- A Administradora reiterou que a projeção orçamental da receita para 2018 seria feita com base no que foi feito no ano passado, podendo sofrer pequenos ajustes, dependendo das regras impostas pela DGO, tendo de seguida apresentado a projeção orçamental da despesa para 2018.-----

----- A Diretora Executiva dos SASE também apresentou a projeção orçamental da despesa e da receita para 2018.-----

----- O conselheiro Licínio Tomás pediu que se esclarecesse se as prestações de serviço efetuadas através da FGF entravam no orçamento, tendo o Reitor respondido que ficavam fora do orçamento, mas que eram posteriormente consolidadas com as contas da UAc. No respeitante a contratos de serviço e contratações à hora, informou que entravam no orçamento.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 17h20, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O VICE-PRESIDENTE

JOSÉ ANTÓNIO TAVARES REZENDES

O SECRETÁRIO

RUI MOREIRA DA SILVA COUTINHO